

"O futuro já está acontecendo": colonialismo digital e as zonas de sacrifício

"El futuro ya está sucediendo": Colonialismo digital y zonas de sacrificio

"The Future Is Already Happening": Digital Colonialism and Sacrifice Zones

Marília Cláudia Favoreto Sinãni

Mestra em Educação e doutoranda na mesma área pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Pelotas. Professora da rede municipal de ensino de Campo Grande/MS. E-mail: profmariliasinani@gmail.com.

Livian Lino Netto

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPe). Mestra em Educação e Tecnologia pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense, Campus Pelotas (IFSul). Licenciada e Bacharela em Ciências Sociais pela UFPe e professora de sociologia da rede estadual do Rio Grande do Sul. Pesquisadora no Grupo Mariposas - Minorias Sociais, Resistências e Práticas de Transformação e GENE - Grupo de Estudos Narrativos em Educação. E-mail: livianlino@gmail.com.

Aline Accorssi

Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre em Psicologia Social e da Personalidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É professora do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPe). Líder do grupo Mariposas- Minorias Sociais, Resistências e Práticas de Transformação. Email: alineaccorssi@gmail.com.



Creative Commons



Atribuição



Não comercial



Compartilha igual

<https://br.creativecommons.net/licencas/>

Resumo

Este artigo discute os desafios éticos e estéticos do colonialismo digital e seu impacto no Sul Global. Trata-se de uma pesquisa teórica crítica com base na revisão de literatura e na análise de acontecimentos recentes como atualização dos modos de operar do colonialismo. Nesse sentido, aproxima o colonialismo histórico e digital nos eixos axiológico, epistemológico e ontológico, compreendendo o fenômeno como expressão do imperialismo na fase da digitalização do capitalismo. Argumenta que o colonialismo digital atualiza estruturas de dominação por meio da extração de dados, neoextrativismo e da dependência tecnológica, convertendo corpos e territórios em zonas de sacrifício. Por fim, defende a construção de caminhos comprometidos com processos de descolonização das tecnologias, e ações coletivas libertárias voltadas à luta para disputar ativamente o futuro.

Palavras-chave: Colonialismo digital; Descolonização; Imperialismo; Neoextrativismo; Zonas de sacrifício.

Resumen

Este artículo analiza los desafíos éticos y estéticos del colonialismo digital y su impacto en el Sur Global. Mediante un análisis teórico, conecta el colonialismo histórico y digital a través de ejes axiológicos, epistemológicos y ontológicos, entendiendo el fenómeno como una expresión del imperialismo en la fase de digitalización del capitalismo. Argumenta que el colonialismo digital actualiza las estructuras de dominación mediante la extracción de datos, el neoextractivismo y la dependencia tecnológica, convirtiendo cuerpos y territorios en zonas de sacrificio. Finalmente, aboga por la construcción de caminos comprometidos con los procesos de descolonización de las tecnologías y las acciones colectivas libertarias destinadas a cuestionar activamente el futuro.

Palabras-clave: Colonialismo digital; Descolonización; Imperialismo; Neoextractivismo; Zonas de sacrificio.

Abstract

This article discusses the ethical and aesthetic challenges of digital colonialism and its impact on the Global South. Through theoretical analysis, it connects historical and digital colonialism along axiological, epistemological, and ontological axes, understanding the phenomenon as an expression of imperialism in the digitalization phase of capitalism. It argues that digital colonialism updates structures of domination through data extraction, neo-extractivism, and technological dependence, converting bodies and territories into sacrifice zones. Finally, it advocates for the construction of pathways committed to processes of decolonization of technologies and libertarian collective actions aimed at actively contesting the future.

Keywords: Digital colonialism; Decolonization; Imperialism; Neo-extractivism; Sacrifice zones.

Introdução

O pensamento moderno do século XX colaborou para a ênfase no futuro, período em que se acreditava no progresso e na velocidade. Esse ideário fomentou uma espécie de utopia cibercultural próxima do viés futurista (Berardi, 2019). No início do século XXI, nossas perspectivas sobre o futuro também miravam em uma realidade em que a tecnologia teria o poder de melhorar a vida de seres humanos e a capacidade de resolver problemas da humanidade. As altas expectativas de libertação pela tecnologia ressoavam como esperanças. A televisão aberta transmitia programas e filmes que retratavam os ares de libertação trazidos pela cibercultura e fomentavam a euforia frente às tecnologias digitais. No entanto, passadas algumas décadas, esse cenário foi sofrendo modificações.

A cibercultura, para Pierre Lévy (1999), expressava o surgimento de um novo universal, onde a copresença, a interconexão mundial e a comunicação digital mudariam nossos modos de pensar e existir, e transformaram as atividades econômicas, políticas e culturais. As altas expectativas de um futuro tecnológico com cidades verticais, máquinas digitais, carros voadores e automatização de serviços, contribuíram para nossa desatenção ao fato de que “o futuro já está acontecendo” (A Banda Mais Bonita da Cidade, 2024). Apesar de a vida ter melhorado em vários aspectos, o uso, a produção e a implementação das tecnologias digitais, por serem fruto do trabalho humano, são carregadas de contradições.

Embora se acredite que o colonialismo acabou no século passado, ele ainda não foi extirpado do contexto de Abya Yala¹. Suas raízes são profundas e afetam diretamente nossos modos de vida, nas suas múltiplas dimensões. Com os processos de digitalização e dataficação da vida, apoiado na crescente indústria das *big techs*², que produzem Inteligência Artificial (IA), redes sociais, hardwares, softwares e demais serviços tecnológicos, o mundo tem passado por mudanças nas dimensões econômicas, estéticas, sociais, políticas e culturais, conforme já havia sido previsto.

Somada aos princípios neoliberais que reforçam a colonialidade – padrão de poder mundial moderno/colonial que sobreviveu à independência das colônias e se atualiza diariamente – a dinâmica do capitalismo se expressa por meio do colonialismo digital. No Brasil, pesquisadores como Deivison Faustino, Walter Lippold, João Francisco Cassino, Joyce Souza, Sérgio Amadeu da Silveira, entre outros, têm discutido os impactos do colonialismo digital nos campos da técnica, economia e social.

A introdução da informática, interconectividade, robótica e telecomunicações na vida humana tem alterado os processos produtivos capitalistas e, conseqüentemente, os aspectos objetivos e subjetivos que envolvem a vida humana. Com suas estruturas tecnológicas consolidadas no Norte Global, Deivison Faustino e Walter Lippold (2023) apontam que o colonialismo digital atualiza a lógica colonial institucionalizada da exploração imperialista, capitalista, neoliberal, extrativista, linear, racista e violenta. Atualmente, essa lógica colonial aparece de maneira cada vez mais sutil e sofisticada à medida que atualiza o imperialismo como dimensão estrutural do sistema. Se no século XX a expansão imperial se articulava à indústria cultural e aos monopólios industriais, no século XXI ela passa a operar por meio das infraestruturas digitais, das plataformas e da centralidade da informação como força produtiva. O que se convencionou chamar de colonialismo digital pode, assim, ser compreendido como manifestação específica

¹ A substituição de “América Latina” pela expressão “Abya Yala” tem um sentido político. Na língua do povo Kuna, a expressão significa “Terra viva” e confronta a naturalização do colonialismo (Porto-Gonçalves, 2009).

² “Big Techs” se refere às multinacionais de tecnologia dos EUA — Apple, Amazon, Microsoft, Google/Alphabet Inc. e Meta Platforms, que concentram grande poder econômico e político. A falta de regulação pode favorecer desinformação e discurso de ódio. Seus algoritmos priorizam engajamento, exploram a “economia da atenção” e influenciam a opinião pública através de redes sociais.

do imperialismo na fase da digitalização, demonstrando a urgência de debater seus efeitos no mundo.

É importante destacar que, neste texto, imperialismo e colonialismo digital são indissociáveis, mas isso não significa que sejam sinônimos: o primeiro se manifesta e se atualiza por meio do segundo. O imperialismo concentra o domínio global nas mãos de países e grandes corporações do Norte Global sobre a infraestrutura tecnológica do Sul Global – cuja população é reduzida a consumidores explorados e seus dados são transformados em lucros –, enquanto o colonialismo digital reproduz a relação desigual “dominadores-dominados” e permite que o imperialismo siga operando, agora alicerçado nas tecnologias digitais, moldando comportamentos, mercados e comunicação (Faustino; Lippold, 2023).

Segundo Maristella Svampa e Viale (2020), a expansão do capital se dá exatamente pela constante produção de megaprojetos a serviço da conversão de territórios em zonas de sacrifício. As ações predatórias do capitalismo e sua governamentalidade neoliberal atingem diretamente os países de Abya Yala, fazendo com que o Sul Global continue sofrendo com processos de dominação e hierarquização, atualizando práticas como: extrativismo ilegal, exploração de corpos e territórios, injustiças ambientais, contaminação industrial e conversão de lugares em zonas de sacrifício.

Frente a essa realidade, este artigo tem como objetivo discutir os desafios éticos e estéticos do colonialismo digital e seu impacto no Sul Global. Questões como a dependência tecnológica, a extração de dados e a exploração do Sul Global demonstram a falta de ética do colonialismo digital. A forma como o colonialismo digital se manifesta e opera nos convida a pensar sobre suas questões estéticas, pois suas práticas violentas costumam ser encobertas por uma estética que representa inovação, desenvolvimento, progresso, falsos ares de libertação e autonomia.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa teórica crítica, fundamentada na revisão e problematização da literatura sobre conceitos-chave como colonialismo histórico, neoextrativismo, colonialismo digital e zonas de sacrifício. A pesquisa mobiliza contribuições de autoras e autores com destaque para Frantz Fanon, Aimé Césaire, Paulo Freire, Maristella Svampa, Ailton Krenak, Arturo Escobar, Deivison Faustino e Walter Lippold, entre outros, a fim de compreender as continuidades e reconfigurações das práticas coloniais na era digital. A revisão teórica foi articulada à análise crítica dos acontecimentos recentes que se relacionam a esse processo que compreendemos como a atualização do imperialismo na fase atual e digital do capitalismo.

Para tal, este estudo está organizado em quatro momentos. Primeiro, realiza uma revisão teórica sobre a atualização do colonialismo histórico para o colonialismo digital. O segundo item busca refletir sobre o que há por trás das tarifas altíssimas impostas pelos Estados Unidos ao Brasil no ano de 2025, cujos interesses reproduzem a lógica colonial/imperial de dominação política, cultural e econômica. Em um terceiro momento, denuncia a conversão de territórios em zonas de sacrifício e o neoextrativismo que sustenta essa prática. Por fim, partimos dessas contribuições para destacar a urgência de processos de descolonização das tecnologias no Sul Global, ação que vem caminhando a passos muito longos.

Do colonialismo histórico ao colonialismo digital

No contexto de Abya Yala, as marcas da colonização ainda estruturam os setores econômicos, culturais e políticos. Para compreendermos como o colonialismo afeta nossos modos de vida, é importante visualizarmos a relação entre o colonialismo histórico e o colonialismo digital, sendo o segundo a atualização da lógica do primeiro. O colonialismo digital não é um fenômeno isolado ou desvinculado das transformações estruturais do capitalismo, precisa ser

compreendido como uma forma contemporânea do imperialismo na periferia do sistema-mundo informacional.

Embora compreendamos que imperialismo e colonialismo são indissociáveis, é necessário destacar que o primeiro nos auxilia a desvelar as dinâmicas de poder ainda empregadas pelo segundo. Faustino e Lippold (2023) partem dos estudos de Lênin³ sobre imperialismo como categoria analítica para compreender sua relação com o colonialismo digital no século XXI. Os autores atualizam essa categoria para demonstrar como o colonialismo digital reproduz essas mesmas bases monopolistas que Lênin identificou no capitalismo industrial-financeiro do início do século XX. Conforme estes autores, o imperialismo surgiu ao final do século XIX como “estágio de desenvolvimento que o capitalismo atingiu quando se afirmou a dominação dos grandes monopólios e do chamado capital financeiro” (Faustino; Lippold, 2023, p. 14). A fase imperialista da produção capitalista se consolidou através da exploração das colônias e da superexploração da força de trabalho na busca por novos mercados consumidores e matérias-primas.

No colonialismo digital, o imperialismo é muito mais do que uma simples extensão técnica do imperialismo clássico, é a continuidade com novas modalidades de exploração, cujas bases monopolistas permanecem sendo núcleos analíticos cruciais para compreender a dominação na era digital. As práticas e os produtos característicos do imperialismo não foram superados, mas sim atualizados.

Sem compreender as bases monopolistas do imperialismo clássico, não conseguimos identificar o modo como o colonialismo digital opera, visto que ele atualiza as mesmas lógicas de dominação, desta vez, se desdobrando para reduzir o Sul global a território de exploração e extrativismo de dados informacionais (Faustino e Lippold, 2023). Nesse sentido, Kwet (2019), propõe que o colonialismo digital reconfigura o imperialismo estadunidense no Sul Global, uma vez que opera e controla a arquitetura tecnológica - software, hardware e conectividade.

O colonialismo histórico (séculos XV-XIX) se refere ao período de colonização, falseado de “conquista”, que causou genocídio e naturalizou a exploração de pessoas nativas e seus territórios. Foi um momento histórico violento, alimentado por ações de saqueamento, exploração da força de trabalho, apropriação da natureza, exportação de matérias-primas, dominação racista e patriarcal por diversas vias, sustentadas pela narrativa unilinear desenvolvimentista colonial (Svampa; Viale, 2020).

As denúncias da violência colonial realizadas por Frantz Fanon (2022) e Aimé Césaire (2024) – ambos martinicanos e testemunhas dos processos de colonização na Martinica –, nos ajudam a compreender como o colonialismo histórico é indissociável do racismo e do capitalismo. Ao organizar o mundo de maneira hierarquizada e compartimentada, o colonialismo histórico instituiu uma “violência em estado puro” (Fanon, 2022, 51), demonstrando que ele é também portador do racismo, pois legitima um regime de exploração sem limites entre aquele que é colonizado e aquele que coloniza.

Através da violência, ele saqueia territórios e funda seu processo de colonização na psicologia, para que grupos sejam “psicologicamente formados para serem dependentes; que têm a necessidade da dependência, que a postulam, que a reclamam, que a exigem” (Césaire 2024, 61). A invasão do colonizador em Abya Yala, ao ser chamada de “conquista” e “descoberta”,

³ A definição clássica de imperialismo proposta por Lênin e revisitada por Faustino e Lippold (2023) é a de que o capitalismo não nasceu imperialista, se transformou em imperialismo quando atingiu um grau elevado de desenvolvimento, no qual características centrais do próprio sistema começam a se converter em seu oposto. O que define essa passagem é o monopólio capitalista se tornando a relação econômica dominante sobre a livre concorrência, marcando a transição para uma nova estrutura na qual grandes corporações controlam setores inteiros da produção (Lênin, 1987).

encobriu o mandonismo e violência desse processo (Freire, 1978). Assim, quando falamos do colonialismo histórico, o racismo também é denunciado, sendo os dois a barbárie que justifica preconceitos.

Encoberto por ideais de “civilização” e “desenvolvimento”⁴ eurocêntricos, o colonialismo histórico institucionalizou hierarquias ao classificar os colonizadores como os únicos com história, cultura, arte e língua (Freire, 1978). Isso resultou na desumanização dos colonizados. Seus modos de vida, saberes, corpos, territórios e culturas passaram a ser inferiorizados em relação à figura do colonizador, que se transfigurou no “salvador” que levava o “progresso”, a “civilização” e o “desenvolvimento” para os contextos invadidos. A partir dessa lógica “civilizatória”:

[...] os invasores são os autores e os atores do processo, seu sujeito; os invadidos, seus objetos. Os invasores modelam; os invadidos são modelados. Os invasores optam; os invadidos seguem sua opção. Pelo menos é esta a expectativa daqueles. Os invasores atuam; os invadidos têm a ilusão de que atuam, na atuação dos invasores (Freire, 2013, 157).

Essa lógica colonial se apropriou das dimensões ontológicas, epistemológicas e axiológicas. A cisão entre natureza humana e não humana⁵ (Escobar, 2005) e a imposição da racionalidade eurocêntrica colonial deslegitimam saberes ancestrais em prol da ideia de “progresso” e “desenvolvimento” predatórios. O uso dessa racionalidade como parâmetro central alimenta uma ética e uma estética que tende a nos dessensibilizar, revelando que as práticas do colonialismo histórico permanecem ativas no tempo presente, atualizadas pela colonialidade que, segundo Aníbal Quijano (2005, 2014), é o padrão de poder mundial herdado do colonialismo histórico, construído sobre classificações raciais.

O colonialismo digital reproduz essa estrutura, hoje fortalecida pelo avanço do ordenamento neoliberal e pelas dinâmicas das tecnologias digitais controladas por empresas privadas (Silveira 2021). Na fase atual, o imperialismo se expande cada vez mais sob domínio das corporações digitais, que assumem o papel antes exercido pelos monopólios industriais e midiáticos, controlando a infraestrutura tecnológica. Assim, as velhas premissas do imperialismo perduram nos dias de hoje. Atualizadas e falseadas por uma ideia de “inovação”, conservam as mesmas lógicas de dominação do colonialismo, que ainda pode ser compreendido como “eixo fundamental da partilha imperialista no mundo” (Faustino; Lippold, 2023, p. 40).

Se, no colonialismo histórico, colonizadores impuseram sua cultura e exploraram territórios, no colonialismo digital, *big techs* criam táticas sutis para extrair os dados dos consumidores do Sul Global (Machado, 2021) e fazem uso dos algoritmos para moldar comportamentos na lógica do capital, cujo controle não está nas mãos dos países classificados “subdesenvolvidos”, como é o caso do Brasil.

⁴ O “desenvolvimento” está alinhado à modernidade para dar continuidade ao processo de colonização. Segue uma visão antropocêntrica de natureza e reproduz uma concepção produtivista de “progresso” responsável por fazer com que a produção deixe de ser um meio e se torne um fim.

⁵ Segundo Escobar (2005), a natureza humana se refere aos seres humanos, suas práticas culturais, sociais, políticas e econômicas e a capacidade de transformar através da ciência e do trabalho. Já a natureza não humana é tudo aquilo considerado “natural” como as plantas, os rios, os animais, o clima, etc. O autor faz uma crítica à racionalidade moderna, uma vez que a partir dela a natureza humana é entendida como superior, capaz de dominar e transformar, enquanto a natureza não humana é reduzida a fornecedora de recursos para a exploração. Essa separação produzida pela racionalidade colonial cria uma relação de exterioridade na qual é definida a forma como devemos compreender a realidade, produzir conhecimento e atribuir valor às pessoas e à natureza.

Antes, a violência colonial era encoberta por narrativas “civilizatórias”, hoje, vai além da exploração da força de trabalho humano e da natureza. No colonialismo digital, todas as vidas se tornam exploráveis, *commodities*, dados extraídos e controlados por sistemas que fazem as pessoas acreditarem que seus dados são coletados apenas para otimização da experiência. O imperialismo se fortalece e atua por meio de códigos binários, algoritmos, novas tecnologias de vigilância digital, guerra de (des)informação imperialista, espionagem industrial, influência no comportamento da população e infraestruturas tecnológicas controladas por grandes monopólios do ramo da tecnologia – predadores com práticas nada leais que extraem, armazenam, processam, quantificam e mercantilizam nossos dados a nível global (Faustino; Lippold, 2023).

A natureza humana e não humana não estavam disponíveis para a extração quando Abya Yala foi invadida, foi necessária a criação de uma estrutura colonial que possibilitasse a colonização. Abya Yala foi profundamente abalada pela expansão colonial, dos mercados e das tecnologias ocidentais (Marques, 2023). Na era do colonialismo digital, também são criadas estruturas que facilitam o colonialismo digital. *Big techs* criam plataformas que incentivam a exposição voluntária de dados e informações pessoais para que seus dados sejam extraídos e a vida, como um todo, colonizada (Machado, 2021). Assim, o colonialismo digital atualiza a barbárie, mantendo ativa a estrutura de dominação herdada do colonialismo histórico (Quadro 1).

Quadro 1- Quadro comparativo entre colonialismo histórico e colonialismo digital

Eixos centrais	Colonialismo histórico	Colonialismo digital	Similaridades
Ontológico	Exploração e apropriação de seres vivos e natureza por meio da violência física e simbólica. Desumanização e classificação dos povos colonizados como inferiores, legitimando a hierarquia racial e a lógica “civilizatória” colonial.	Uso do controle algorítmico (violência, vigilância e precarização) para explorar e se apropriar de dados pessoais dos usuários das plataformas digitais para fins de lucro e reforço dos estereótipos raciais, de gênero e classe.	Extrativismo de dados assimétricos atualizados para manutenção da dependência e do controle sobre sujeitos, que são oprimidos de maneira material e simbólica. Sujeitos quantificados e identidades moldadas por algoritmos.
Epistemológico	Invasão cultural e imposição da racionalidade eurocêntrica linear para deslegitimar os saberes ancestrais e plurais dos povos nativos. Epistemicídio por meio da instauração da lógica desenvolvimentista da colonialidade do poder que define o que é ou não ciência.	A lógica algorítmica serve aos interesses das <i>big techs</i> e do capital, invisibilizando saberes locais e padronizando as informações que chegam até os usuários. As <i>big techs</i> controlam a infraestrutura digital (dados, nuvens, plataformas) e geram a dependência dos países periféricos em relação a ela.	Práticas de silenciamento e hierarquização de saberes que atualizam o colonialismo e geram novas formas de dependência.

Eixos centrais	Colonialismo histórico	Colonialismo digital	Similaridades
Axiológico	Ética e estética a serviço da naturalização das violências por meio dos ideais de progresso, desenvolvimento e civilização. Uso da racionalidade eurocêntrica para justificar ações predatórias e legitimar a desumanização.	Concepções éticas e estéticas limitadas aos valores neoliberais, ancoradas na inovação e nos padrões visuais moldados por plataformas. Falsa ideia de que as <i>big techs</i> são neutras, pois classificam e hierarquizam corpos e culturas.	Uso da estética e da ética “universal” a serviço da dominação e violência, como dispositivos de poder que favorecem um cenário de classificação e hierarquização encobertas pela ideia de neutralidade e progresso.

Fonte: Elaborado pelas autoras

As tecnologias digitais, como produções humanas, não estão livres de contradições, interesses e disputas. Sob a retórica da eficiência e da melhora de desempenho, corporações de tecnologia do Norte Global ignoram a transparência e priorizam a extração de dados dos consumidores do Sul Global, revelando que “os debates das antigas metrópoles foram substituídos pelo desenvolvimento, pela produção de equipamentos, por novos protocolos, pela pesquisa em ciência, tecnologia e inovação, *know-how* e pela propriedade intelectual” (Cassino, 2021, 30).

O colonialismo digital é “dataficado” e opera a violência sutil e a submissão social gamificada, formatando sujeitos dentro da normalização da dependência em relação à máquina e aos sistemas algorítmicos controlados pelas empresas do Norte global para prever nossas vontades com base em dados de comportamento (Faustino e Lippold, 2023). Por serem imateriais, nossos dados são extraídos, reproduzidos milhares de vezes, guardados em *datacenters* e, depois, reproduzidos novamente, processo que segue extraindo riquezas dos países tecnoeconomicamente dependentes.

O poder geopolítico das *Big Techs*, concentrado majoritariamente no Vale do Silício – polo industrial situado na Califórnia, EUA –, domina desde a extração de matérias-primas até a utilização de plataformas para monitoramento e influência de opiniões públicas (Lippold e Faustino, 2022). Empresas muito conhecidas pela produção especializada de tecnologias digitais, como a Microsoft, Google, Meta, Tesla, Apple e Amazon formam monopólios, consolidando o imperialismo estadunidense no digital. Assim, as *Big Techs* cumprem um papel central na expansão do colonialismo digital (Avelino, 2021) ao criarem ambientes de interação social nos meios digitais e utilizá-los para extrair dados pessoais a nível global.

Essa lógica colonial é evidenciada quando analisada empiricamente no caso brasileiro, em que dados oficiais e estudos de mercado revelam os impactos da dependência. De acordo com os dados sobre o Brasil, levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2024 a respeito da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), 89,1% da população brasileira com dez anos de idade ou mais tinham conexão com a internet no país (IBGE, 2024). Ainda, segundo a 36ª edição da Pesquisa Anual do FGVcia sobre o Mercado Brasileiro de TI e Uso nas Empresas, em 2025, o Brasil contava com 502 milhões de dispositivos digitais em uso, o que equivale a 2,4 por habitante (FGVcia, 2025). Apesar do significativo número de usuários que aderem a tecnologias digitais no Brasil, a infraestrutura que sustenta essas conexões é majoritariamente controlada por empresas do Norte Global como Amazon Web, Microsoft Azure e Google Cloud que, juntas, impulsionam o mercado de *datacenters* e a tecnologia da nuvem no Brasil (Imarc Group, 2025). O controle dessas

infraestruturas tecnológicas corrobora para que essas grandes corporações atuem como agentes políticos e econômicos em nosso país.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) reconheceu publicamente em 2026 a dependência tecnológica do Brasil em relação a poucos países e empresas estrangeiras ao apontar riscos à soberania tecnológica e de nos tornarmos “colônia digital”, nos colocando em uma situação de vulnerabilidade estratégica em disputas geopolíticas (Teletime, 2026). Um estudo chamado *Contratos, Códigos e Controle: a Influência das Big Techs no Estado Brasileiro*, realizado pelo Grupo de Estudos em Tecnologias e Inovações na Gestão Pública, vinculado ao Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas “Prof. Dr. José Renato de Campos Araújo” (OIPP/EACH/USP), e o Grupo de Trabalho Estratégia, Dados e Soberania do Grupo de Estudos e Pesquisas em Segurança Internacional (GEPSI Data) do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL - UnB), apontou que as três esferas do setor público brasileiro gastaram R\$ 10.358.764.280,55 com licenças de softwares, soluções de nuvens e demais serviços tecnológicos oriundos de corporações estrangeiras apenas entre junho de 2024 e junho de 2025 (Silva *et al.*, 2025). Assim, pagamos por sistemas e serviços tecnológicos que não controlamos e, a qualquer momento, podem ser tirados do ar. Um exemplo que expôs nossa dependência digital das infraestruturas tecnológicas externas foi quando, no ano de 2025, a interrupção nos servidores de nuvem da Amazon Web Services (AWS) gerou um apagão responsável por tirar do ar plataformas conhecidas como Mercado Livre, PicPay, Prime Vídeo, entre outras (Times, 2025). Ao mesmo tempo que essa interrupção expõe a fragilidade da dependência digital, também nos convida a refletir sobre como essas mesmas infraestruturas ainda se sustentam na retórica de “desenvolvimento” em território nacional.

Outro exemplo de vulnerabilidade são os vazamentos de dados de usuários. O Instituto Privacidade apontou que, no ano de 2024, o vazamento de dados ultrapassou 1,5 bilhão de registros em escala global, envolvendo ataques em sistemas de telecomunicações, plataformas digitais e sistemas de saúde (Rego, 2024). No ano de 2022, a empresa de inteligência contra ameaças cibernéticas SOCRadar detectou que os dados sensíveis de 65.000 entidades em 111 países, incluindo América Latina e África vazaram devido a uma falha, que expôs informações confidenciais de milhares de empresas e órgãos governamentais, demonstrando como erros básicos colocam em risco a nossa segurança (SOCRadat, 2022).

No Brasil, esses riscos também são parte da nossa realidade. No ano de 2024, ao identificar falta de transparência e riscos na proteção de dados pessoais, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) determinou a suspensão da atualização na política da empresa Meta – responsável por plataformas como Messenger, Facebook, Instagram e WhatsApp –, que autorizava o uso de dados pessoais de mais de 102 milhões de usuários brasileiros ativos para treinamento e aperfeiçoamento de inteligência artificial generativa (ANPD, 2024). Apesar de a ANPD ter estabelecido multa diária no valor de R\$50 mil por descumprimento da medida cautelar, nenhuma sanção foi efetivamente aplicada (Calegari, 2025), revelando, mais uma vez, uma fragilidade: a dos mecanismos regulatórios no Brasil frente ao imperialismo das grandes corporações.

Apesar de serem vendidos como símbolos de “desenvolvimento” e “progresso”, os *data centers* das *Big Techs* aprofundam a dependência tecnológica devido à concessão do poder nas mãos de poucas corporações que fortalecem o imperialismo no digital. Nesse cenário, Abya Yala ainda é vista como um “apêndice” do Norte Global (Svampa, 2016), enquanto a dataficação, a financeirização e o neoliberalismo elevam essas corporações à “condição de espinhas dorsais (*Backbones*) das inovações financeiras (Lippold e Faustino 2022, 62).

Como o “futuro é aqui e agora” (Krenak, 2020, p. 9), falar sobre colonialismo é falar do futuro que já está acontecendo e questionar: quais são os custos sociais, éticos e estéticos dessa dependência e como superar o poder político dessas hegemonias tecnológicas?

Neoextrativismo e as zonas de sacrifício

Se o extrativismo alimentava o colonialismo histórico, o neoextrativismo – categoria analítica nascida em Abya Yala – sustenta o colonialismo digital. Essa base material também assume caráter monopolista, pois os mesmos grupos que concentram o capital tecnológico e financeiro são aqueles que se apropriam das riquezas extraídas desses territórios, articulando neoextrativismo e imperialismo digital em um mesmo sistema de acumulação e dominação. Assim, a atualização do imperialismo vai sendo realizada através da redução do Sul global a “mero território de mineração extrativista de dados informacionais” (Faustino; Lippold, p. 54) e da conversão de sujeitos em agentes do imperialismo dentro de suas próprias nações, práticas ainda encobertas por falsas narrativas de “desenvolvimento” tecnológico.

Trata-se de um modelo “sociopolítico-territorial” (Svampa, 2019, p. 18) central na acumulação capitalista, que atualiza a ilusão “desenvolvimentista”, atualiza as práticas do extrativismo e alimenta o metabolismo social do capital. A prática neoextrativista explora de maneira desenfreada, ignorando os limites ecológicos. Svampa (2020) argumenta que seriam necessários seis planetas para que o “desenvolvimento” fosse replicado em escala global e todos os habitantes do mundo tivessem o nível de consumo de uma pessoa estadunidense média, evidenciando a insustentabilidade inerente ao sistema.

Svampa (2020) sugere que, em Abya Yala, esse modelo é composto por três fases: a positividade (2003-2008), marcada pela explosão das *commodities* e por projetos de “novo desenvolvimentismo” de transição legitimados por governos conservadores e progressistas; a multiplicação de megaprojetos (2008-2013), exemplificada pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) no Brasil, que expandiu fronteiras energéticas e minerais – como a construção de represas na Amazônia e a exploração de petróleo e gás – sob críticas de “progressismo seletivo” pelas resistências sociais, também multiplicadas nessa fase à medida que se mobilizaram em defesa dos direitos da natureza humana e não humana, disputando narrativas e lutando pela ampliação de direitos sociais⁶; e a fase de exacerbação do neoextrativismo.

Nesta última, a queda dos preços internacionais das matérias-primas impulsionou agendas neoliberais e práticas predatórias ainda mais agressivas em ecossistemas preservados, como a Amazônia e o Pantanal, visando compensar a perda de renda do capital Grande por parte dos países de Abya Yala, cujas economias dependiam da exportação de *commodities*. Isso levou ao enfraquecimento das políticas que sustentavam os discursos dos governos progressistas (Svampa; Viale, 2020), contribuindo para o avanço das narrativas e políticas conservadoras neoliberais, que ganharam força mesmo nos países ainda governados por setores declarados progressistas, deixando de lado a questão ambiental nessa nova configuração política a serviço dos interesses do capital.

A expansão das ações extrativistas intensificou as violências estatal, criminal e de gênero. Além da violência contra povos originários e ativistas ambientais, a concentração demográfica masculina nessas zonas promove a masculinização dos territórios e o reforço do patriarcado, rompendo tecidos comunitários e exacerbando a divisão sexual do trabalho. A indústria extrativa traz consequências que impactam negativamente o lugar de mulheres. Muitas vezes, favorecem um cenário agravado por estruturas de exploração sexual e física, que enfraquecem o papel ancestral das mulheres como defensoras da natureza, reatualizando configurações socioterritoriais de dominação (Svampa, 2019, 2020).

Estamos vivendo a fase de exacerbação do neoextrativismo que, ao expandir as fronteiras físicas do extrativismo, colabora para o aumento dos limites imateriais no Sul Global, como é

⁶ Mesmo com essa mobilização, o governo reagiu com narrativas que inferiorizaram as lutas socioambientais, colocando-as em posição de ameaça ao modelo de “desenvolvimento” imperante.

o caso da extração de dados, característica do colonialismo digital. O neoextrativismo acentua às violências físicas acima mencionadas, abrindo espaço para que a violência também se manifeste de maneira sutil, por meio de táticas de vigilância, controle algorítmico, exclusão digital e naturalização da dominação a partir de narrativas “desenvolvimentistas”.

As grandes corporações de tecnologia exploram dados de populações do Sul Global não apenas para coleta comercial, mas também para fins de vigilância e controle. Um exemplo disso é revelado em documentos analisados pelo The Intercept (2025), que mostram o Google Cloud fornecendo tecnologia de inteligência artificial para o governo de Donald Trump e equipando torres de vigilância na fronteira com o México. Essas torres de vigilância possuem a capacidade de detectar automaticamente pessoas e veículos, alimentando um projeto de “muro virtual” que vigia os corpos que se aproximam da fronteira para cruzar do Sul para o Norte. Contudo, não é apenas o Google Cloud que está interessado em fornecer tecnologia para a alfândega e proteção de fronteiras dos Estados Unidos (CBP), os documentos também apontam que a Amazon Web Services também fornece serviços de computação à CBP em nuvens não especificadas (The Intercept, 2025).

Outro exemplo é o Project Nimbus que, de acordo com The Guardian, diz respeito ao fato do Google e Amazon fornecerem infraestrutura de nuvem e inteligência artificial em parceria com o governo israelense para alimentar a vigilância em relação ao povo palestino (Davies; Abraham, 2025). Casos como esses não são isolados, representam como a lógica do colonialismo digital converte a vida em *commodity* digital e submete populações a sistemas de vigilância e controle por meio de algoritmos.

A face imaterial da extração de dados digital permanece dependente de uma base material predatória, que faz o colonialismo digital manter a extração da natureza para sua manutenção. A produção das tecnologias necessitam de matérias-primas que saem caras ao planeta Terra. Dispositivos como smartphones, notebooks e tablets são constituídos por hardwares⁷ e softwares⁸ que carecem da extração de metais e minerais quase sempre não renováveis. A maioria dos data centers geram um grande impacto no planeta pelo consumo de água e energia para se manterem ativos. Nesse sentido, “o colonialismo digital não só atualiza a exploração imperialista do capitalismo neoliberal, como imprime opacidade ou até mesmo falsos ares de libertação às novas facetas de gestão do precariado global” (Silva, 2023, 4).

Ao mesmo tempo que o neoliberalismo se sustenta nas narrativas sobre empreendedorismo e emancipação dos sujeitos em relação às intervenções estatais, ele envolve esses mesmos sujeitos em sua instituição neoliberalizada, à medida que alimenta uma estrutura onde as pessoas têm suas cidadanias sacrificadas em nome do crescimento econômico (Brown, 2018), incorporando seus ideais e moldando concepções de mundo por diferentes meios.

Consequentemente, territórios físicos e digitais são convertidos em zonas de sacrifício. Florestas, água, minerais, metais, dados, saberes, subjetividades, corpos e territórios são classificados como recursos pelo capital, matérias-primas a serem exploradas, sacrificadas em prol da expropriação. Esse sacrifício pode levar ao sofrimento com a terceirização, a redução do investimento em educação pelo Estado, cortes de salários, a exploração capitalista da nação e de sua saúde (Brown, 2018). Atualmente, o colonialismo digital é a expressão imaterial do neoextrativismo, pois produz zonas de sacrifício para se manter no poder, convertendo dados e conexões em *commodities* digitais. Segundo Svampa (2020, 70), as zonas de sacrifício são

⁷ São componentes físicos de um computador ou dispositivo eletrônico, como o processador (CPU), memória RAM, placa-mãe, etc.

⁸ Existem vários tipos de softwares, que vão desde sistemas operacionais (como Microsoft Windows, Linux, etc.) até softwares de aplicação, como é o caso do Google Chrome, Pacote Office, jogos online, etc.

[...] territorios muy deteriorados que comprometen la vida humana debido a la existencia de cuantiosos pasivos mineros y petroleros y a la profundización de los impactos socioambientales y territoriales en los polos industriales y petroquímicos en diversos puntos del país. (Svampa, 2020, p.70)

A falsa promessa de “desenvolvimento” sacrifica a natureza humana e não humana, convertendo os países de Abya Yala em um conjunto de zonas de sacrifício por meio de megaprojetos materiais e digitais. São exemplos disso a tentativa de instalação de *data centers* do *Tik Tok* no Ceará e do Google no Chile – que projetam consumos hídricos de milhares a bilhões de litros anuais (Martins; Chiaverini, 2025) –, ameaçando comunidades rurais, povos indígenas como os Anacé e ecossistemas locais. Tais casos revelam um progressismo seletivo, pois, sob a retórica da soberania nacional e centralidade tecnológica, governos negligenciam direitos originários e a integridade planetária em favor de infraestruturas que padronizam comportamentos e consomem elementos vitais. Contudo, muitas comunidades vêm se mobilizando para barrar esses megaprojetos, apesar de enfrentarem riscos diários de violências e ameaças. Mais uma vez, são as comunidades historicamente subalternizadas que pagarão o preço de terem seus corpos e territórios convertidos em zonas de sacrifício.

Essa expansão neoextrativista demonstra pontos de semelhança entre a exploração territorial e de dados nos meios digitais. Seja na mineração de terras raras no Brasil ou de lítio e cobre na Bolívia, a lógica permanece a mesma: a coisificação da vida para atender demandas internacionais e beneficiar grandes corporações, consolidando um modelo que ultrapassa fronteiras geopolíticas e dissolve distinções entre as esferas material e imaterial.

O que está por trás das tarifas de Donald Trump?

A ascensão de ideologias nacionalistas, racistas e neofascistas – representadas por figuras como Donald Trump, Jair Bolsonaro, Javier Milei – retroalimenta a culpabilização do “outro” e o negacionismo da crise socioecológica. Esse autoritarismo está associado ao aumento de narrativas de fanatismo religioso e tensões geopolíticas, configurando o que Marques (2023, 186) chama “de erosão da democracia, de denegação da sociedade e de degeneração do tecido social, subprodutos do enrijecimento ideológico e do caráter regressivo do capitalismo globalizado”. Tal percepção destaca que a manutenção do poder do Norte Global não se restringe apenas à economia ou questões políticas, também se mostra alinhada a disputas por matérias-primas estratégicas, o fortalecimento do neoextrativismo e a subalternização histórica de territórios do Sul Global.

Em 2025, o governo de Donald Trump impôs tarifas globais (10%) sobre produtos para diversos países – chegando a 50% para o Brasil – sob o pretexto de liberdade e proteção dos setores estratégicos da economia, como o agrícola, o siderúrgico e o tecnológico. O chamado de “Dia da Libertação”⁹, nome usado por Trump para justificar um de seus objetivos, como o de “restaurar a justiça”, reafirma o ideal estadunidense de ser capaz de ditar as regras para o comércio global a partir da colonialidade de poder (Quijano, 2005).

A ficha informativa, publicada na página da Casa Branca no dia 2 de abril de 2025, intitulada “Busca de reciprocidade para reconstruir a economia e restaurar a segurança nacional e econômica”¹⁰, Trump evoca a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional de 1977

⁹ CNN Brasil 2025.

¹⁰ No original: “*pursuing reciprocity to rebuild the economy and restore national and economic security*”. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/fact-sheets/2025/04/fact-sheet-president-donald-j-trump-declares-national-emergency-to-increase-our-competitive-edge-protect-our-sovereignty-and-strengthen-our-national-and-economic-security/>. Acesso em 8 de set. de 2025.

(IEEPA) para impor a tarifa global aos países que apresentam maiores carências comerciais com o país. Justifica suas medidas afirmando “proteger trabalhadores norte-americanos, reindustrializar a economia e assegurar cadeias críticas de suprimento para a defesa nacional” (Embaixada do Brasil nos Estados Unidos, 2025). No entanto, constituem uma expressão das disputas imperialistas na era do colonialismo digital, em que o sacrifício de economias periféricas visa assegurar a hegemonia sobre minerais estratégicos, infraestruturas tecnológicas e cadeias informacionais.

Por trás da narrativa protecionista, reside a disputa global pelos elementos terras raras (ETR), minerais críticos fundamentais para a indústria da microeletrônica, semicondutores, baterias de carros elétricos, celulares e a inteligência artificial (Loureiro, 2013). Apesar do nome, os ETR não são terras e nem raras, pertencem à série dos lantanídeos, um conjunto de elementos químicos que servem de matéria-prima para a fabricação de produtos tecnológicos. Em um mundo sem terras raras, as tecnologias civis e militares não funcionariam, por isso, houve a suposição de que seriam escassos na natureza (Souza, Nascimento e Giese, 2019, 2).

O Brasil detém a segunda maior reserva de terras raras no mundo (23%), atrás apenas da China, que possui 49% e domina o refino global (Lins; Vera; Dourado, 2025). O potencial brasileiro se expande com a reivindicação, junto à ONU e a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), da elevação do Rio Grande – formação geológica do tamanho da Espanha a 1.200 km da costa do Estado do Rio Grande do Sul. Contudo, a produção nacional permanece incipiente e carente de infraestrutura de refino, limitada à mina de Serra Verde (G), em operação comercial no segmento de terras raras desde 2024 com projetos em fase de pesquisa ou licenciamento, mas nem todos os pedidos serão convertidos em exploração (CNPq, 2025). Essa vulnerabilidade industrial, somada à relevância estratégica dos minerais pesados, motivou o interesse formal dos Estados Unidos, em julho de 2025, no acesso às reservas brasileiras para assegurar sua hegemonia geopolítica e econômica.

A exploração de minerais estratégicos no Brasil reitera um padrão histórico de exportação de matérias-primas, como a monazita, consolidando uma dependência herdada do colonialismo histórico aos EUA durante a Guerra Fria (Santos e Trichês, 2024). Nota-se que o Brasil repete esse padrão na forma como ainda ocupa o papel de fornecedor de matérias-primas essenciais para o desenvolvimento tecnológico de outros países, mas não usufrui dos benefícios econômicos e industriais que resultam dessa exploração. Essa dinâmica foi agravada sob o governo de Jair Bolsonaro (2019 - 2022), cuja desregulamentação ambiental e fragilização de órgãos como IBAMA e ICMBio impulsionam o garimpo ilegal e a mineração predatória em terras indígenas. Somente em 2020, o desmate por mineração na Amazônia Legal e áreas de conservação cresceu 80,62% (Greenpeace, 2020), comprometendo a soberania nacional e aprofundando a condição de exportador de *commodities* em estado bruto, o que resultou na produção de novas zonas de sacrifício.

O interesse dos Estados Unidos pelos minerais de Abya Yala espelha acordos geopolíticos recentes, como a parceria com a Ucrânia, país que está em guerra com a Rússia, em 2025. Em troca de garantias de segurança, os EUA acessam reservas estratégicas de grafite, titânio e um terço de todas as reservas de lítio na Europa, essenciais para as indústrias de Inteligência Artificial e armamentista (drones, bombas inteligentes e mísseis). Essa busca por alternativas ao domínio chinês exemplifica a lógica colonialista de países centrais que, sob o manto do “desenvolvimento”, utilizam operativos de interferência em assuntos internos dos países periféricos (Acosta, 2016, 47).

Por concentrar capital econômico, tecnológico e intelectual, o Vale do Silício contribui para que os Estados Unidos mantenham sua dominação política e econômica sobre o mercado mundial. Essa é a própria base monopolista do imperialismo, o que antes se expressava no controle industrial, hoje se expressa no controle da infraestrutura tecnológica (Faustino; Lippold, 2023). Nesse sentido, estamos em um período de recolonização global em que os funcionários do

capital utilizam “*los más sofisticados recursos tecnológicos que acaban con la vida de personas, de manera rápida y con menos costo*” (Quijano, 2010, 56). A associação entre tarifas comerciais, proteção de cadeias de suprimento e expansão tecnológica revela como as medidas do presidente Donald Trump, além de serem uma resposta conjuntural, expressam um projeto de manutenção do imperialismo estadunidense no século XXI.

No cenário atual, a dominação estadunidense é desafiada pela articulação do BRICS. A XVII Cúpula do BRICS, realizada em 2025 no Brasil, reafirmou o compromisso com a governança inclusiva e a amplificação da voz do Sul Global, pautando temas sensíveis como a regulação de *big techs* e sanções unilaterais. Essas pautas afetam o presidente dos Estados Unidos, uma vez que ele tem relação muito próxima com os empresários donos das *big techs* e para os quais a exploração das terras raras é fundamental. Dessa forma, a atuação do BRICS é vista como um ator global que tem a possibilidade de formular propostas de política externa e econômicas que podem ir contra o interesse dos estadunidenses (Braun, 2025).

Se observarmos com atenção, as tarifas impostas por Trump operam como instrumento geopolítico para conter a influência do bloco e coagir o Brasil a abrir suas fronteiras ao neoextrativismo. Ao pressionar países exportadores de terras raras, os EUA buscam mitigar sua dependência do refino chinês (80%), reafirmando uma hegemonia que fere a soberania nacional dos países do Sul Global à medida que os enxergam somente como reservas minerais a serem espoliadas.

A convergência entre a imposição de tarifas comerciais, o neoextrativismo e o colonialismo digital revela uma estrutura em que o Norte Global concentra tecnologia e lucro, enquanto o Sul é reduzido ao fornecimento de recursos, conduzido a sempre consumir, mas nunca produzir tecnologias. Essa lógica sacrifica comunidades tradicionais, quilombolas e povos originários, cujos territórios são degradados em nome de um falso “progresso”. As medidas de Trump, portanto são reflexos de disputas de poder que naturalizam o ecocídio¹¹ e reforçam a dependência geopolítica, transformando a natureza e os corpos em insumos descartáveis para a infraestrutura digital hegemônica, que atualiza as bases monopolistas do imperialismo na disputa geopolítica no século XXI .

Considerações finais: Descolonizar as tecnologias para disputar o futuro

O colonialismo digital e o neoextrativismo reatualizam a lógica colonial, convertendo corpos, dados, subjetividades e territórios do Sul Global em zonas de sacrifício. Como expressão histórica do imperialismo na fase da digitalização do capitalismo, essa estrutura confere centralidade estratégica à informação e à cultura na disputa geopolítica. Exemplo disso são as tarifas impostas por Trump ao Brasil, que revelam como Abya Yala permanece tratada como reserva sacrificável pelos produtores de tecnologia. Diante desse avanço de megaprojetos tecnológicos a serviço do capital – que alimentam tanto o neoliberalismo conservador quanto o progressismo seletivo –, a descolonização das tecnologias surge como estratégia para reconstruir as relações éticas e estéticas em defesa da vida.

Partimos da frase “o futuro já está acontecendo” para reconhecer a urgência de construção de práticas de enfrentamento da colonialidade em suas dimensões passadas, presentes e futuras. Descolonizar as tecnologias implica disputar o futuro e reivindicar o direito à vida, ao território, ao compartilhamento de saberes, à soberania sobre nossos dados. Apesar das

¹¹ Esse conceito combina a palavra “ecossistema” e “genocídio” para se referir à destruição de uma parte ou a totalidade do ecossistema. É definido juridicamente pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) como ato ilícito ou arbitrário realizado mesmo sabendo da probabilidade de destruição e violação do ecossistema, determinando a morte da natureza humana e não humana.

contradições e relações de poder intrínsecas ao meio digital, seu uso consciente e político pode constituir um direito à palavra (Freire, 2013). Vídeos, textos, imagens e sons podem ser criados e compartilhados para denunciar violências, conectar redes de pessoas residentes em diferentes lugares e compartilhar informações que combatam a grande teia de inverdades veiculadas na internet.

Descolonizar as tecnologias digitais é tentar derrubar o colonialismo “quando se tem a possibilidade de fazê-lo, é deixar subsistir seus germes virulentos, que logo engendrarão um sistema de opressão mais monstruoso do que o anterior” (Fanon, 2021, 55).

O engajamento contra-hegemônico exige letramento crítico e a conscientização dos trabalhadores sobre as relações de poder inscritas e operacionalizadas por potências imperialistas das tecnologias digitais e membros do Estado (Faustino e Lippold, 2023). Só assim será possível construir ações coletivas e anti-imperialistas que lutem pelo controle dos meios tecnológicos e sua regulação. Mais do que confrontar o dispositivo técnico, é preciso questionar o paradigma da modernidade ocidental e a visão dualista que nos afasta da natureza. Ao desnaturalizar as violências físicas e digitais que se retroalimentam, podem se abrir caminhos para superar a dependência do Norte Global e construir epistemologias e estéticas de enfrentamento à exploração.

A tecnologia não pode ser apenas uma ferramenta de dominação, precisa estar alinhada à emancipação, à justiça climática, à defesa das vidas e da pluralidade presente no mundo. As dimensões epistemológicas, axiológicas e ontológicas mudaram, portanto, descolonizar a tecnologia exige descolonizar o pensamento, rompendo com a recepção passiva e explicitando o caráter histórico do dilema das redes, com muito cuidado para não cair nas armadilhas que ora colocam as tecnologias como sagradas, ora as demonizam, ou seja, sem recair em tecnofilia ou tecnofobia (Faustino; Lippold, 2023).

A conscientização é o eixo central desse processo, pois desloca o embate do dispositivo técnico para as narrativas, o neoextrativismo e os interesses que sustentam sua produção. Pensar e articular alternativas éticas, estéticas e políticas de descolonização permite questionar as ações predatórias de matriz colonial e os modos de produção imperialistas que a reproduzem. Mais do que uma crítica, essa postura viabiliza estratégias coletivas e plurais de enunciação que denunciam a exploração operada pelas *Big Techs*.

Esse movimento propõe a conexão tecnológica para a construção de redes de mobilização social. O letramento crítico em relação ao uso das tecnologias digitais necessita de estratégias educacionais que permitam espaços comunitários onde o compartilhamento de conhecimento se torne ação política consciente voltada à transformação social e ao combate das falsas narrativas de libertação neoliberais.

Descolonizar as tecnologias é um chamado teórico, ético, estético, prático e político para enfrentar as novas configurações imperiais do poder. Exige disputar o futuro no presente, pois, como adverte Krenak (2020, p. 8), “temos de parar de vender o amanhã” porque ele não está à venda. Diante das desigualdades, dependência, violências e exploração, urge imaginar e colocar em prática alternativas epistêmicas, ontológicas e axiológicas que rompam com a passividade. Precisamos questionar até quando aceitaremos o aprisionamento aos interesses do Norte Global, para que possamos, a partir de nossos territórios e saberes, construir tecnologias orientadas à justiça climática e à pluralidade da vida.

Referências bibliográficas

A BANDA MAIS BONITA DA CIDADE. *Luz e lugar*. YouTube, 9 abr. 2024. 1 vídeo (3min52s). Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=4gb0A0sYIIE&list=RD4gb0A0sYIIE&start_radio=1.

Acesso em: 3 mar. 2026.

ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. ANPD determina suspensão cautelar do tratamento de dados pessoais para treinamento da IA da Meta. **Agência Nacional de Proteção de Dados - Ministério da Justiça e Segurança Pública**, 2 de junho de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/anpd/pt-br/assuntos/noticias/anpd-determina-suspensao-cautelar-do-tratamento-de-dados-pessoais-para-treinamento-da-ia-da-meta>. Acesso em: 28 jun. 2026.

AVELINO, Rodolfo. Colonialismo digital: dimensões da colonialidade nas grandes plataformas. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; SOUZA, Joyce; CASSINO, João Francisco (org.). **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal?** São Paulo: Autonomia Literária, 2021. p. 69-86.

BERARDI, Franco. **Depois do futuro**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

BRAUN, Julia. Donald Trump ameaçou o bloco, dizendo que o BRICS acabaria “muito rapidamente” se seguisse adiante com seus planos. **BBC News Brasil**, 6 ago. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crevw3j84dlo>. Acesso em: 3 mar. 2026.

BRICS. **Declaração de Líderes do BRICS**: fortalecendo a cooperação do Sul Global para uma governança mais inclusiva e sustentável. Rio de Janeiro, 6 jul. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-lideres-do-brics-2014-rio-de-janeiro-06-de-julho-de-2025. Acesso em: 3 mar. 2026.

BROWN, Wendy. **Cidadania sacrificial**: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.

CALEGARI, Luiza. ANPD não multou empresas por violação da LGPD em 2024. **L.O. Baptista**, 29 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.baptista.com.br/anpd-nao-multou-empresas-por-violacao-da-lgpd-em-2024/>. Acesso em: 28 jun. 2026.

CASSINO, João Francisco. O sul global e os desafios pós-coloniais na era digital. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; SOUZA, Joyce; CASSINO, João Francisco (org.). **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal?** São Paulo: Autonomia Literária, 2021. p. 13-32.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Feira de Santana, BA: Editorial Adandé – Casa da Resistência, 2024.

CHOI, Annette et al. Dia da Libertação: entenda em gráficos a dimensão do “tarifaço” de Trump. **CNN Brasil**, 2 abr. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/dia-da-libertacao-entenda-em-graficos-a-dimensao-do-tarifaco-de-trump/>. Acesso em: 3 mar. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **As várias faces da questão**: terras raras e a corrida pelo domínio científico-tecnológico. Brasília, 27 ago. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/destaque-em-cti/as-varias-faces-da-questao-terras-raras-e-a-corrida-pelo-dominio-cientifico-tecnologico>. Acesso em: 3 mar. 2026.

DAVIES, Harry; ABRAHAM, Yuval. Revealed: Israel demanded Google and Amazon use secret ‘wink’ to sidestep legal orders. **The Guardian**, 29 de outubro de 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2025/oct/29/google-amazon-israel-contract-secret-code>. Acesso em: 29 jun. 2026.

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS NO BRASIL. Presidente Trump declara emergência nacional para aumentar competitividade, proteger soberania, reforçar a economia e a segurança nacional. Brasília, 2025. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/pt/presidente-trump-declara-emergencia-nacional-para-aumentar-competitividade-protoger-soberania-e-reforcar-economica-e-seguranca-nacional/>. Acesso em: 3 mar. 2026.

ESCOBAR, Arturo. Depois da natureza: passos para uma ecologia política antiessencialista. In: ALIMONDA, Héctor; PARRERA, Clélia (org.). **Políticas públicas ambientais latino-americanas**. Brasília: Flacso-Brasil; Editorial Abaré, 2005. p. 17-64.

FALHA global na AWS expõe dependência digital e fragilidade da infraestrutura da internet. **Times Brasil**, São Paulo, 20 de outubro de 2025. Disponível em: <https://timesbrasil.com.br/empresas-e-negocios/falha-global-na-aws-expoe-dependencia-digital-e-fragilidade-da-infraestrutura-da-internet/>. Acesso em: 29 jun. 2026.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana**. São Paulo: Boitempo, 2023.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Pesquisa do Uso de TI no Brasil**. FGVcia - Centro de Tecnologia da Informação Aplicada, jun. 2025. Disponível em: https://eaesp.fgv.br/sites/default/files/legacy/u68/pesti_fgvcia_2025.pdf. Acesso em: 29 jun. 2026.

IMARC GROUP. **Brazil Data Center Market Size & Investment Outlook, 2034**. 2025. Disponível em: <https://www.imarcgroup.com/brazil-data-center-market>. Acesso em: 29 jun. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua)**: TICs. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KWET, Michael. Digital colonialism: US empire and the new imperialism in the Global South. *Race & Class*, v. 60, n. 4, p. 3-26, 2019. Disponível em: https://ohmigato.com/KENTUCKY/00-Kentucky_Classes/00-Informatic_Models/00-Kentucky_Classes/1-Information_Society/3-Module/Digital%20colonialism%20US%20empire%20.pdf. Acesso em 27 jul.2026.

LÊNIN, Vladimir I. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. São Paulo: Global Editora, 1987.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIPPOLD, Walter; FAUSTINO, Deivison. Colonialismo digital, racismo e a acumulação primitiva de dados. **Revista Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 14, n. 2, p. 56-78, 2022. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.49760>.

LOUREIRO, Eduardo Lapido; SANTOS, Ronaldo Luis dos. Terras raras: do monopólio da produção primária ao oligopólio tecnológico. In: **Brasil e a reglobalização da indústria das terras raras**. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2013. p. 5-62.

MACHADO, Débora Franco. A colonização dos dados como produto das operações das mídias sociais no Sul Global. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; SOUZA, Joyce; CASSINO, João Francisco (org.). **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal? São Paulo: Autonomia Literária, 2021. p. 53-68.

MARQUES, Luiz. **O decênio decisivo:** propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Elefante, 2023.

MARTINS, Laís. Como um grupo de vizinhos venceu o Google e barrou um data center no Chile. **The Intercept Brasil**, 14 jul. 2025. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2025/07/14/grupo-vizinhos-venceu-google-barrou-data-center-chile/>. Acesso em: 3 mar. 2026.

MARTINS, Laís; CHIAVERINI, Tomás. Moradores se unem para barrar data center do TikTok no Ceará. **The Intercept Brasil**, 17 set. 2025. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2025/09/17/moradores-se-mobilizam-contr-data-center-tiktok-ceara/>. Acesso em: 3 mar. 2026.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala: tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 25-30, 2009. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v20i0.16231>.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgar (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUIJANO, Aníbal. "Bien Vivir" para redistribuir el poder. **Revista Yachaykuna**, n. 13, p. 47-63, 2014.

REGO, João Victor de Oliveira. Vazamentos de Dados em 2024: Um alerta sobre a Escala Global e as Consequências Jurídicas. **IPrivacidade - Instituto Privacidade**, 7 de outubro de 2024. Disponível em: <https://iprivacidade.org.br/blog/vazamentos-dados-2024-alerta-global>. Acesso em: 29 jun. 2026.

SANTOS, Luciano da Costa; TRICHÊS, Daniela Menegon. Exploração e prospecção de terras raras no Brasil: história e desafios. **Lumen et Virtus**, v. 15, n. 40, p. 4150-4162, 2024. DOI: <https://doi.org/10.56238/levv15n40-002>.

SILVA, Ergon Cugler de Moraes; ROCHA, Isabela; VAZ, José Carlos; VENEZIANI, Julia Ribeiro de Almeida; MODANEZ, Camila de Camargo. **Contratos, Códigos e Controle:** A Influência das Big Techs no Estado Brasileiro. São Paulo, 2025. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ReHISvrbDZ1hFbA_mtqxFx1YNoIHr0WD/view. Acesso em: 29 jun. 2026.

SILVA, Tarcízio. Sobre colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana. In: FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter (org.). **Colonialismo digital:** por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 4-6.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; SOUZA, Joyce; CASSINO, João Francisco (org.). **Colonialismo de dados:** como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal? São Paulo: Autonomia Literária, 2021. p. 33-52.

SOCRADAR. Details on the Largest B2B Leak: BlueBleed. **SOCRadar Blog**, 20 de outubro de 2022. Disponível em: <https://socradar.io/blog/details-on-the-largest-b2b-leak-bluebleed/>. Acesso em: 28 jun. 2026.

SOUZA, Ana Carolina Sales Pereira; NASCIMENTO, Marisa; GIESE, Ellen Cristine. Desafios para a extração sustentável de minérios portadores de terras raras. **Holos**, v. 35, p. 1-23, 2019. Disponível em: <https://cetem.gov.br/antigo/images/periodicos/2019/CAN0010.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2026.

SVAMPA, Maristella. **Debates latinoamericanos**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Edhasa, 2016.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina**: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Wetzlar: CALAS, 2019.

SVAMPA, Maristella; VIALE, Enrique. **El colapso ecológico ya llegó**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2020.

TELETIME. **MCTI vê risco de "colônia digital" na dependência tecnológica do Brasil**. 15 de maio de 2026. Disponível em: <https://teletime.com.br/15/05/2026/mcti-colonia-digital-dependencia-brasil>. Acesso em: 29 jun. 2026.

THE INTERCEPT. **Google is helping the Trump administration deploy AI along the Mexican Border**. 3 de abril de 2025. Disponível em: <https://theintercept.com/2025/04/03/google-cbp-ai-border-surveillance-ibm-equitus/>. Acesso em: 29 jun. 2026.